

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS ARTES E LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES**

LIVIA SOARES XAVIER

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA MÍDIA BRASILEIRA A
RESPEITO DO ASSUNTO NOVO CÓDIGO FLORESTAL
BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DE UM PORTAL DE
NOTÍCIAS.**

Viçosa
2011

LIVIA SOARES XAVIER

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA MÍDIA BRASILEIRA A
RESPEITO DO ASSUNTO NOVO CÓDIGO FLORESTAL
BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DE UM PORTAL DE
NOTÍCIAS.**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Viçosa, como exigência da disciplina SEC 499 - Monografia e como um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue, tendo como orientadora a Professor Sebastião Renato Valverde.

Viçosa
2011

A monografia intitulada

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA MÍDIA BRASILEIRA A
RESPEITO DO ASSUNTO NOVO CÓDIGO FLORESTAL
BRASILEIRO: ESTUDO DE CASO DE UM PORTAL DE
NOTÍCIAS.**

Elaborada por Livia Soares Xavier

Como requisito para obtenção do grau de bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa foi aprovada por todos os membros da Banca Examinadora. Conceito S.

Viçosa, 30 de junho de 2011.

Prof. Sebastião Renato Valverde (DEF-UFV)

Orientador

Prof. Odemir Vieira Baeta (DLA-UFV)

Examinador

Josiane Wendt Antunes Mafra

Examinadora

RESUMO

O meio ambiente tem sido visto cada vez mais como uma preocupação crescente por toda a sociedade civil, diante a todas as catástrofes naturais que são cada vez mais recorrentes e a ameaça do esgotamento dos recursos naturais, é que se faz presente a grande preocupação a respeito da questão ambiental. E assim, entra em cena a mídia não especializada que assume um papel muito mais de “agente informador”, mas também de “agente formador de opinião”, fazendo assim, com que a população seja levada a pensar de acordo com o que a mídia noticia. Neste trabalho serão analisados os principais discursos de um determinado portal de notícias – portal esse de grande abrangência nacional - a respeito do Novo Código Florestal Brasileiro. Assim, será possível identificar o quanto a mídia pode influenciar ou não no entendimento da população leiga a respeito do assunto e assim apontar possíveis soluções para que essa população tenha um maior entendimento sobre o Novo Código Florestal Brasileiro e assim possa ter um olhar mais crítico a respeito do assunto.

Palavras chave: Discurso Midiático, Meio Ambiente, Novo Código Florestal Brasileiro.

ABSTRACT

The environment has been increasingly seen as a concern throughout the growing civil society, on all disasters natural are increasingly recurring and the threat of depletion of natural resources, which is present is the great concern about environment issue. And so, the media comes in non-specialized that assumes a much more “official informant”, but also as a “agent opinion leader”, thus, that the population is inclined to think according to what the media reports. This objective of this work is analyze the media speeches of a particular news portal – this site of a great national coverage – to the New Code Brazilian Forest. So, it will be possible identify how the media may influence whether or not the understanding of the lay population about the subject and thus to identify possible solutions for this population has a greater understanding of the New Code Brazilian Forest and may have a more critical eye on the subject.

Key words: Media Speeches, Environment, New Code Brazilian Forest.

AGRADECIMENTOS

Sempre me interessei pela questão ambiental e já havia pensado anteriormente em como mesclar o Secretariado Executivo e o Meio Ambiente, e assim, tive a ideia de pesquisar a respeito do discurso da mídia a respeito do Novo Código Florestal Brasileiro, fazendo assim, um link entre a minha área de atuação e as questões ambientais.

Agradeço ao Odemir e a Josiane pela disponibilidade em participarem da minha banca de monografia e pelas correções pertinentes que contribuíram pelo melhoramento do meu trabalho, vocês me ajudaram muito mais do que imaginam e eu sou imensamente grata a vocês dois. Também agradeço ao CBCN que, me possibilitou ter um contato mais próximo com as questões ambientais e também me possibilitou o desenvolvimento de habilidades como Secretária Executiva.

Obrigada aos meus pais e meu irmão que sempre tiveram a meu lado , sempre pacientes e solícitos a tudo que eu precisasse, o apoio de vocês foi fundamental, sem vocês não seria possível a concretização desse sonho que hoje torno real. Obrigada também à Tia Inêz que veio me prestigiar em minha defesa e sempre torceu por mim. Às meninas da MALAS, que foram minha família durante esses 4,5 anos e me ajudaram sempre que precisei, em especial à Aninha que me ajudou na formatação do trabalho.

Agradeço também a todas as pessoas que mesmo de longe, estavam torcendo por mim, principalmente meus avós maternos (que sei que onde quer que estejam, estão felizes por mais uma conquista).

Por fim, deixo como agradecimento, as palavras de Fernando Sabino:

“De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.”

Obrigada a todos!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral.....	11
2.2 Objetivos Específicos.....	11
3 METODOLOGIA.....	12
4 REFERENCIAL TEÓRICO	14
5 ANÁLISE DE DADOS.....	17
5.1 Votações do Mínimo e Código Florestal serão primeiro teste de Dilma no Congresso.....	17
5.2 Marina Silva pede que Código Florestal seja barrado.....	19
5.3 Texto de Aldo Rebelo sobre Código Florestal estimula crime ambiental, diz ministério do meio ambiente.....	21
5.4 Ministra do Meio Ambiente diz não saber se o aumento do desmatamento está associado ao Código Florestal.....	23
5.5 Câmara dos Deputados aprova projeto de mudança no Código Florestal.....	25
6 RESULTADOS.....	28
7 CONCLUSÃO.....	30
8 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
9 ANEXO	34

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais despertam, atualmente, o interesse não só de empresas e profissionais do ramo “dito ambiental“, mas também de toda a sociedade civil. A bem da verdade, em relação às empresas é preciso dizer que mesmo aquelas que não são do ramo ambiental, se preocupam com o “futuro do planeta”, já que se busca, a cada dia, alcançar o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, para que se alcance o desenvolvimento sustentável, é que as empresas realizam projetos de cunho ambiental e se preocupam muito com o que tem sido veiculado sobre essa questão na mídia em geral. O conceito de sustentabilidade está ligado diretamente ao desenvolvimento, seja ele econômico, industrial ou material, sem que haja um dano ao meio ambiente.

Questões polêmicas e conflituosas são levantadas, a todo o momento, em relação ao meio ambiente, visto que catástrofes ambientais estão sendo cada vez mais recorrentes e devastadoras. E assim, entram em cena os grupos ambientalistas, geralmente estes são os mais alarmistas, chegando a promover e disseminar a “Teoria do Fim do Mundo”, os interessados no assunto ambiental, os profissionais da área, que acabam colocando à tona a urgência de se pensar e se atentar mais para as questões ambientais que, realmente necessitam de um cuidado maior por parte de todos.

De fato, ao analisar essas preocupações da população, como um todo, principalmente a população leiga no assunto relacionado ao meio ambiente, a respeito das questões ambientais, observa-se a promoção e disseminação de teorias mais alarmistas, como dito anteriormente, teoria essa que vai ao extremo da destruição dos recursos naturais existentes e acaba levando a população a pensar que o desenvolvimento de novas tecnologias, da agricultura, e, principalmente, o desenvolvimento da área florestal é prejudicial aos recursos naturais existentes e que esse desenvolvimento que nos dias de hoje ocorre é o principal ou o único, causador de tantas catástrofes que vêm ocorrendo.

Esse processo de convencimento da maioria da população leiga no assunto florestal e ambiental se deve muito ao discurso utilizado, principalmente, pelos meios

de comunicação que são uma forte arma a favor dos ambientalistas extremistas, que muitas vezes estão acima de qualquer suspeita, por serem membros de Organizações Não Governamentais, as ditas ONG's, que em relação ao meio ambiente, podem ser caracterizados como um dos principais contribuintes, assim como a mídia não especializada, para o entendimento da população a respeito dos assuntos voltados para o meio ambiente.

E assim, surgem polêmicas a respeito do meio ambiente e do que se pode fazer a respeito dele. No meio dessa polêmica, temos o “Novo Código Florestal”, relatado pelo Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, eleito pelo Estado de São Paulo. O “Novo Código Florestal Brasileiro” é uma proposição que tem o fito de substituir a [LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965](#) (O “Código Antigo”), propondo, pois, algumas mudanças que podem ser pertinentes para o momento ambiental que o Brasil vive hoje.

Essas mudanças têm sido vistas (por alguns grupos ambientalistas sejam eles alarmistas ou não, leigos no assunto, alguns profissionais da área jurídica, ambiental e florestal) como uma afronta à proteção dos recursos naturais existentes hoje no país. Porém analisando que, o Código em vigor data de 1965, pode-se observar uma necessidade de mudança ou até mesmo uma reformulação, como aquela que é proposta pelo projeto do Novo Código Florestal, a fim de que as questões de hoje (como a produção e o uso dos recursos naturais) sejam vistas e julgadas de acordo com uma legislação que acompanhe a época em que as atividades são realizadas e não julgadas como tem acontecido até hoje, com uma legislação que data de aproximadamente 40 anos atrás. Afinal, ao analisar a situação dos recursos naturais existentes na época em que o Código “antigo” entrou em vigor, e após essa análise, for feita uma comparação com os dias de hoje, é claramente perceptível a transformação que sofreu o meio ambiente ao longo dessas quatro décadas.

O “Novo Código Florestal” tem levantado muitos conflitos entre ambientalistas, profissionais da área florestal e ambiental, operadores do Direito e alguns leigos também. Muitos desses conflitos podem ser levantados devido ao método como esse Código tem sido tratado pelos canais de comunicação e também pelas diferentes interpretações de seus artigos. Muitas vezes há diferentes interpretações para esse “Novo Código Florestal”, entre profissionais de uma mesma área, e isso mostra que, a interpretação de um determinado assunto não depende apenas do conhecimento sobre o

que está sendo falado, mas também de uma série de outros conhecimentos que podem influenciar na interpretação de cada pessoa.

Vale lembrar que, o Novo Código Florestal Brasileiro ainda está em fase de votação, ou seja, ainda não se encontra em vigor. Pois apenas foi votado pela Câmara dos Deputados, restando ainda a votação pelo Senado Federal e posteriormente a homologação ou não da Presidência da República.

Neste sentido, tendo em vista essas variadas interpretações a respeito de um mesmo assunto, é que se faz necessário um estudo a respeito dessa informação que está sendo passada – O Novo Código Florestal Brasileiro – e como se dá a disseminação do tema acima para a população como um todo, não apenas os profissionais da área, mas também os leigos. Neste estudo será analisado o modo como foram noticiadas as mudanças propostas pelo Novo Código Florestal, como o que foi noticiado pelo portal de notícias analisado, no caso, o portal de notícias veiculado na internet e denominado Globo.com, pôde influenciar no entendimento da população em geral a respeito do Novo Código Florestal e apontar, se possível, uma solução para que fossem reduzidas as dúvidas e duplicidades no entendimento do assunto que foi noticiado.

Este trabalho tem como justificativa, o interesse pessoal da autora a respeito das questões ambientais e também a atualidade do assunto abordado. Levando em conta que, não existem tantas publicações que abordem o poder de influência da mídia a respeito do Novo Código Florestal Brasileiro.

O trabalho terá uma estrutura dividida na seguinte ordem: introdução, metodologia, referencial teórico, análise do discurso/dados, resultados, conclusão, bibliografia e anexos – onde constarão as reportagens analisadas e fragmentos do Novo Código Florestal.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Ponderar os discursos das notícias do Portal Globo.com a respeito do Novo Código Florestal.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a influência do discurso midiático utilizado tem no entendimento do assunto por parte da população de um modo geral.
- Apontar possíveis maneiras de se reduzir as dúvidas e ambiguidades de entendimento a respeito do Novo Código Florestal Brasileiro.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho será a pesquisa bibliográfica qualitativa. A escolha pelo método qualitativo da análise de dados se deve ao fato de que a análise qualitativa se baseia na descrição dos fatos, no enfoque indutivo, no significado que as pessoas dão as coisas e à vida como preocupação do investigador e o uso do ambiente natural como fonte de dados (Neves, 1996).

A escolha de análise das notícias veiculadas em portais de internet se refere ao fato de que acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Ibope Nielsen no ano de 2010, aproximadamente 37,3 milhões de pessoas acessam, hoje, a internet, sejam de suas residências ou de seu trabalho, revelando assim, que a internet é um meio de comunicação de fácil acesso, onde a maioria das pessoas está inserida e também que nela é possível obter informações de forma dinâmica e em tempo real.

Essa pesquisa será realizada em um dos principais portais de notícias da internet, o portal Globo.com, que, nos meses janeiro e maio do ano de 2011, veiculou ampla e insistentemente notícias relacionadas à proposição da nova legislação florestal brasileiro, dando, pois, grande enfoque ao assunto, visto que ele é de interesse nacional e o portal utilizado para análise possui uma das maiores audiências em acessos do país – comparado a outros portais de notícias, o portal Globo.com tem a segunda maior audiência no Brasil, uma média de 22.918.000 de acessos diários – e também por ter um caráter mais popular e atingir a todas as classes sociais existentes no Brasil. A partir dessa pesquisa, será identificado o modo em que o portal de notícias estudado, abordou o Novo Código Florestal Brasileiro para a população em geral e como essa questão é tratada no Congresso Nacional.

Feito isso, será apresentada uma análise a respeito do discurso usado nas reportagens estudadas e como a linguagem utilizada pode ter influenciado na percepção da população, principalmente leiga no assunto, a respeito das propostas de mudança no Código Florestal, e também serão identificados os principais pontos no discurso, das notícias veiculadas que foram estudadas, que abrem margem para uma possível dupla

interpretação do receptor da mensagem ou até mesmo uma falta de clareza na informação a ser passada para o público.

As reportagens analisadas serão as principais notícias que foram veiculadas entre os meses de janeiro e maio de 2011. A escolha destes meses se deu a critério da autora deste trabalho levando em consideração que foi, justamente, neste período que o Novo Código Florestal foi mais abordado pelos canais de comunicação no Brasil e principalmente na internet, devido ao fato de que foi no ano de 2011 e, especialmente, entre os meses de janeiro e maio que a mudança na legislação florestal teve um maior impacto na mídia e também na população em geral.

Vale dizer, ainda, que a razão de serem analisadas reportagens apenas dos meses de janeiro e maio se deve à falta de notícias que constam no portal estudado nos meses de fevereiro, março e abril, e também foram nos meses de janeiro e maio que o Código Florestal teve um maior foco por parte da mídia. O mês de janeiro será analisado, principalmente pelo fato de que foi neste mês que se deu a posse da presidente Dilma Roussef e alguns assuntos polêmicos, principalmente o Novo Código Florestal foram colocados à tona. E em especial no mês de maio, serão analisadas três reportagens, isso se deve ao fato de que foi no mês de maio que ocorreu a votação do Novo Código Florestal no Congresso Nacional. De acordo com a maneira que o portal de notícias relata os acontecimentos relacionados ao Novo Código Florestal Brasileiro, seja dentro ou fora do Congresso Nacional, será possível obter uma análise a respeito de como, possivelmente, a população vê a entrada em vigor do Novo Código Brasileiro Florestal.

Constarão também neste trabalho, como anexos a título de ilustração, as reportagens que foram utilizadas como objeto de estudo pela autora, e também fragmentos do Novo Código Florestal Brasileiro, fragmentos estes que trarão os pontos mais polêmicos dessa nova legislação.

Também é importante ressaltar que as reportagens analisadas do mês de maio, terão um enfoque maior, pois foi o mês que o Novo Código Florestal Brasileiro teve uma maior visibilidade. Esse fato deve-se à realização da votação para a entrada em vigor, ou não, dessa nova legislação no Congresso Nacional. Será analisada a maneira em que o portal estudado noticiou essa votação e se possível identificar alguns discursos implícitos que possam haver do próprio portal, contra ou a favor da votação desse Código e a posterior entrada em vigor do mesmo.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

A conservação ambiental pode ser definida como a utilização dos recursos naturais, possibilitando que estes se renovem sem causar efeitos irreversíveis para o meio ambiente.

Levando em conta este conceito pode-se atribuir deveres às empresas e à população em geral, que utilizam recursos naturais para os mais diversos fins, como a preservação do meio ambiente, a consciência ecológica, o restabelecimento das áreas devastadas e também o compromisso de não esgotar suas fontes de matéria prima. E através dessa visão sobre a atribuição de deveres à população, em geral, se faz necessária uma abordagem mais simples e objetiva em relação à preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais.

Levando em consideração as questões acima abordadas, entra em cena o Novo Código Florestal, que visa uma mudança legal em como são abordadas as questões ambientais hoje em dia, que são analisadas na visão de uma legislação que foi elaborada em 1965, e hoje a realidade do meio ambiente brasileiro, passou por uma mudança significativa, fazendo assim, necessária uma reformulação na Legislação Florestal Brasileira. Não apenas o Novo Código Florestal e o “Antigo” abordam conceitos e normas para a conservação ambiental brasileira.

Em 18 de julho de 2000, foi publicada a Lei 9885 que é de cunho ambiental, e tem como objetivo a conservação do meio ambiente. Nesta lei são encontrados artigos que determinam como deve ser o reflorestamento de áreas, que continham floresta nativa, que serão devastadas para alguma atividade industrial. Também obriga as empresas que atuam diretamente com recursos renováveis a firmarem parcerias ou criarem seus próprios projetos de conservação ambiental. Leis relacionadas à conservação dos recursos naturais são importantes para que se atribuam às empresas, principalmente, já que as empresas em sua maioria são os atores – digamos assim – que mais usufruem de recursos naturais para a sua produção de um modo geral, e também à população que de uma maneira ou outra também usufrui dos recursos naturais existentes no país.

No Novo Código Florestal Brasileiro, são propostas mudanças em relação às Áreas de Preservação Permanente – APP – que, segundo o Código Florestal em vigor, são descritas como “áreas de grande importância ecológica, cobertas ou não por vegetação nativa, que têm como função preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.”, essas áreas estão sob proteção da Lei 4771/65.

Também são propostas algumas mudanças a respeito das chamadas Reservas Legais, que são as áreas das propriedades privadas, onde não se permitem desmatamentos, porém pode ser utilizadas através de uso sustentável, como consta na Lei 4771/65.

As mudanças propostas nessa nova legislação florestal têm sido abordadas muitas vezes pela mídia, não especializada nos assuntos ambientais, que é o foco deste estudo, como um ponto de que grandes conflitos não apenas por grupos de conservação ambiental, mas também entre os congressistas que, votaram no dia 24 de maio de 2011, a favor da entrada em vigor do Novo Código Florestal. Com isso observa-se como a mídia pode influenciar na opinião do público sobre um determinado assunto, e até mesmo fazer com que certos assuntos sejam ou não discutidos pelo governo federal.

Segundo Barreiros (1999), a mídia é formadora de opinião e com isso pode manipular algumas notícias para que o leitor tenha certa opinião sobre algum assunto, opinião essa que é interessante para mídia. Ou seja, a mídia se vale da manipulação para “controlar” a opinião pública de acordo com o seu interesse.

Assim, pode-se dizer com base no que diz Barreiros (1999), que a mídia coloca em pauta o que será interessante para ela e também o que a própria mídia julga interessante e isso, é feito desde o começo do processo da confecção da notícia a ser repassada, concluindo assim que se algo foi colocado em pauta pela mídia, é porque essa notícia tem o poder de causar uma comoção na população e fazer com que a população se atente para o fato que está sendo noticiado. Assim como acontece com o projeto do Novo Código Florestal Brasileiro.

Ainda pode se observar, com base nos estudos de Barreiros (1999) e também de Guareschi (1990, 2007), a identificação do poder que a mídia exerce na população. Poder esse que influencia diretamente na percepção da população a respeito de um

determinado assunto, fazendo assim com que assuntos sejam vistos de acordo com o modo que a mídia jornalística transmite informações sobre um determinado assunto.

Contudo também deve-se levar em conta, o prestígio que alguns canais de comunicação possuem. Ainda segundo Barreiros (1999), esses meios de comunicação jornalísticos, devem gozar da imparcialidade para serem vistos com prestígio pela população, sendo assim, a mídia informativa deveria apenas informar e não opinar a respeito de determinado assunto, fazendo assim com que a população pudesse identificar uma certa imparcialidade nas notícias que são transmitidas através dos canais de notícias ou das mídias impressas existentes hoje.

Como afirma Guareschi (2007), a comunicação, hoje, constrói a realidade. Então, com base nessa afirmação e também em uma leitura do trabalho de Pedrinho Guareschi – *Mídia e Democracia: O Quarto versus O Quinto Poder* – é possível perceber que, qualquer assunto que é levado à tona pela sociedade, tem diretamente a influência midiática, assim sendo, a mídia é fundamental para a construções das representações sociais e também para interpretação da população em relação a certo assunto, que por interesse midiático, foi noticiado e levado ao conhecimento da população.

Assim, pode-se afirmar que muito do que se vê a respeito do Novo Código Florestal Brasileiro pode ser atribuído ao poder da mídia – poder esse que, segundo Guareschi (1990, 2007) pode ser apontado como “O Quarto Poder”, se igualando, ou até mesmo tendo maior poder, que os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo – assim observa-se o quanto a mídia é muito mais do que um “agente informador”, mas hoje é possível dizer que a mídia atua muito mais como um “agente formador de opinião”.

5. ANÁLISE DO DISCURSO/DADOS

Neste tópico serão analisadas as reportagens propostas como objeto de estudo para este trabalho. Primeiramente, serão analisadas duas reportagens veiculadas no mês de janeiro do ano de 2011, pelo portal Globo.com, e posteriormente as reportagens veiculadas no mês de maio do mesmo ano.

5.1 Reportagem: “*Votações do mínimo e Código Florestal serão primeiro teste de Dilma no Congresso*”:

A primeira reportagem analisada é a reportagem “*Votações do mínimo e Código Florestal serão primeiro teste de Dilma no Congresso*”, que foi noticiada pelo portal Globo.com através de seu canal de notícias Extra, no dia 9 de janeiro de 2011.

Esta reportagem, logo de início, é possível perceber que, o assunto relacionado ao Código Florestal já é “estereotipado” como um desafio para a nova presidente do Brasil Dilma Rousseff, passando assim, para o leitor da notícia a visão de que a votação do Código Florestal é um assunto muito mais complexo do que realmente se apresenta ao Congresso Nacional. O uso da palavra “teste” traz uma carga pesada à missão que a nova presidente terá.

Talvez a escolha desta palavra para o título da notícia, seja para atribuir ao assunto abordado a carga de algo que seja realmente uma “batalha” a ser vencida, afinal o título de uma reportagem deve prender a atenção daquele possível leitor e fazer com que esse leitor se interesse pelo assunto abordado no corpo da reportagem. Nesta reportagem, um dos assuntos que é caracterizado como um desafio a ser vencido pela presidente Dilma, é tratado brevemente. Porém uma parte importante a ser destacada é aquela que diz:

“O projeto do novo Código Florestal está pronto para ser votado na Câmara e deve ser um dos primeiros embates, não só entre Legislativo e Executivo, mas entre os próprios parlamentares. “

O substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi aprovado na comissão especial da Câmara, e o governo tentou, sem sucesso, aprovar a urgência para sua tramitação em plenário antes do recesso de dezembro.” Neste trecho da reportagem, é possível observar que a votação do Novo Código Florestal, é tratada não só como um

desafio, mas também como um embate. Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra *embate* tem os seguintes significados: s.m. Choque impetuoso, encontro, pancada. / Fig. Resistência, oposição. / &151; S.m.pl. Lances adversos do acaso, da fortuna.

A partir da análise do significado da palavra *embate*, percebe-se a carga atribuída pelo redator da notícia, de que o Código Florestal (principalmente a sua votação) é um assunto que é bastante polêmico e que talvez a mídia deseje que se veja essa polêmica toda a respeito do assunto.

5.2 Reportagem: “*Marina Silva pede que o Código Florestal seja barrado*”

Esta reportagem foi veiculada no portal Globo.com através de seu *site* G1.com.br, no dia 18 de janeiro de 2011.

Na reportagem ao analisar o título, podemos ver que o uso das palavras: *pede e barrado*, atribui ao título da reportagem um valor de que a ex-senadora Marina Silva necessita de ajuda de todos para que o Novo Código Florestal não seja levado em votação pelos parlamentares no Congresso Nacional, apelando para uma mobilização nacional, e isso é claramente percebido ao longo da reportagem, nas falas da ex-senadora.

Ao ler a reportagem inteira (corpo da notícia), o leitor toma conhecimento de que Marina Silva fez o pedido para que o Código Florestal fosse “barrado”, assim como relata a reportagem, em um evento de tecnologia – a *Campus Party* – que reúne pessoas interessadas em novas tecnologias, principalmente ligadas à internet e robótica, e reúne milhares de jovens e adultos na cidade de São Paulo todos os anos. O fato de se observar o local onde foi feito o tal pedido de Marina Silva, deve ser levado em consideração, e pode ter sido mencionado na reportagem tanto para localizar o leitor de onde havia sido feita a declaração da ex-senadora, tanto para alertar de que talvez em um evento relacionado à tecnologia os participantes desse evento pudessem se atentar para os efeitos nocivos que o desenvolvimento traz ao meio ambiente, já que para alguns grupos de ambientalistas, o desenvolvimento é um dos principais causadores da degradação ambiental.

Durante a reportagem é possível ler um depoimento da ex-senadora, como:

“Não se pode mudar o Código Florestal permitindo que as pessoas façam construções e edificações nas áreas de preservação permanente”; “Lamentavelmente, no Brasil, temos 20 anos de alerta de que iríamos chegar ao momento de viver os eventos extremos e infelizmente, como na maioria dos países do mundo, não estamos com uma agenda de adaptação à altura das necessidades que temos para desastres que vão acontecer e que estão se agravando”; “A natureza não vai se adaptar a nós. Nós é que temos que nos adaptar a ela e, para isso, é preciso investimento”; e “Não podemos tratar com medida provisória (MP) perdas que são eternas.”.

Nesses discursos de Marina Silva, citados acima, é possível perceber que a ex-senadora tem uma visão mais alarmista e um pouco até extremista em relação ao Novo Código Florestal. Também se pode inferir um possível interesse do portal Globo.com em relatar exatamente como foi dito o discurso de Marina Silva. Afinal, a visão que a ex-senadora da república passa ao leitor é de que a situação ambiental no país é crítica e poderá piorar caso o Novo Código Florestal entre em vigor.

Esses discursos mencionados na reportagem citada acima, mostra como é possível induzir um leitor leigo no assunto florestal e ambiental, ao pensamento de que uma mudança na legislação seria totalmente desfavorável ao meio ambiente, fazendo assim, que este leitor apenas tenha a visão mais extremista em relação ao assunto abordado e não possibilitando a esse leitor uma maior interação a respeito do Novo Código Florestal.

5.3 Reportagem: “*Texto de Aldo Rebelo sobre o Código Florestal estimula crime ambiental, diz Ministério do Meio Ambiente*”

Esta reportagem foi veiculada pelo portal de notícias Globo.com, através de seu canal Extra, no dia 13 de maio de 2011.

Nesta reportagem pode-se observar que algumas questões que são julgadas como polêmicas são levadas em pauta pela notícia. Como as alterações feitas pelo relator do Novo Código Florestal Brasileiro, deputado Aldo Rebelo.

Ao começar pela análise do título da reportagem, nota-se uma carga que, ao relacionar o estímulo aos crimes ambientais ao texto do deputado Aldo Rebelo, já é possível passar ao leitor uma visão um tanto quanto deturpada do que está escrito na proposição da nova legislação brasileira. Afinal ao relatar que Ministério do Meio Ambiente declarou que o texto a respeito do Código Florestal estimula os crimes ambientais, cria-se uma credibilidade na frase dita “*Texto de Aldo Rebelo sobre o Código Florestal estimula crime ambiental*”, já que o Ministério do Meio Ambiente é o órgão máximo quando se diz respeito às questões ambientais e assim, tem credibilidade perante à população em geral brasileira. Ao dizer “texto de Aldo Rebelo”, é passada ao leitor, a impressão de que foi o Deputado quem elaborou o Novo Código Florestal, e não que Aldo Rebelo foi relator dessa nova legislação.

Durante a reportagem, o leitor toma conhecimento dos trechos na redação do Código Florestal que são polêmicos, principalmente o trecho que aborda a anistia aos desmatadores. Neste ponto, inicial, da reportagem nota-se que é atribuída uma responsabilidade à presidente Dilma Roussef em relação ao assunto. Ao ler a notícia, fica, a impressão de que o deputado Aldo Rebelo elaborou algumas mudanças na legislação florestal, apenas para favorecer aquelas pessoas que danificaram o meio ambiente. Na reportagem ao mencionar a declaração do Diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros: “Voltamos à situação em que o crime ambiental compensa. A implicação prática disso é desastrosa”, vemos que é atribuída ao Novo Código Florestal uma carga pejorativa, onde a ideia que se passa ao leitor é de que essa nova legislação irá prejudicar o meio ambiente e favorecer apenas quem o danifica. Nesta reportagem analisada, a imagem que é passada ao leitor a

respeito das proposições de mudança do Código Florestal são ruins, como se apenas houvesse o intuito da destruição dos recursos naturais brasileiros.

Outro ponto importante nesta reportagem a ser levantado é a possível imagem que é passada a respeito do deputado Aldo Rebelo, uma vez que é possível fazer que o leitor a deturpe ao pensar no trato dado por ele, Aldo Rebelo, a respeito das questões ambientais, ocorre que não é dado, por outro lado, um devido destaque na fala do líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, em que Vaccarezza menciona que o governo (Casa Civil) nunca havia proposto nenhum relatório ao deputado. Essa imagem um pouco deturpada que é passada de Aldo Rebelo, também pode ser observada no trecho em que se menciona um fato ocorrido no ano de 2004 em que o marido da ex-senadora Marina Silva foi acusado de envolvimento no tráfico de madeira contrabandeada.

Nesta passagem, observa-se uma imagem do deputado Aldo Rebelo como se ele, na época, tivesse pressionado para que a acusação não fosse levada a diante na Câmara dos Deputados. O desfecho desse episódio não é muito bem explicado e/ou relatado na reportagem, e isso possibilita ao leitor ter uma impressão, até mesmo errônea a respeito do deputado Aldo Rebelo e assim, influenciada por isso, tomar para si uma postura totalmente contrária ao Novo Código Florestal.

5.4 Reportagem: “*Ministra do Meio Ambiente diz não saber se o aumento do desmatamento está associado ao Código Florestal*”

Reportagem veiculada no dia 18 de maio de 2011, pelo portal de notícias Globo, através do canal de notícias Extra.

Nesta reportagem, logo no título, se percebe uma contradição do Ministério do Meio Ambiente em relação ao Novo Código Florestal, visto que é relatada a incerteza do Ministério do Meio Ambiente em relação ao desmatamento na Região Amazônica. Essa reportagem foi veiculada apenas cinco dias depois de uma outra reportagem que, salientava a fala do Ministério do Meio Ambiente quando afirmou que o Novo Código Florestal era propício ao crime ambiental (reportagem analisada no tópico 5.3).

Ao noticiar que há uma dúvida em relação aos efeitos do Código Florestal é passada ao leitor logo no título da reportagem, principalmente aquele que acompanhou as notícias veiculadas no portal Globo.com, uma dúvida. Afinal, nas reportagens anteriores, o que havia sido noticiado era o fato de que o Novo Código Florestal é extremamente prejudicial ao meio ambiente, e nesta reportagem já existe uma dúvida em relação aos efeitos que o Novo Código Florestal pode trazer sobre algo específico e que assusta as pessoas: o desmatamento.

Porém, no corpo da reportagem a ideia de dúvida que, no título da notícia, é passada simplesmente não é desenvolvida. No corpo da reportagem é relatado apenas o número do desmatamento na Região Amazônica no Mato Grosso. As falas da ministra do meio ambiente, Izabella Teixeira, e do ministro de ciência e tecnologia, Aloizio Mercadante, que são citadas na reportagem são de ameaças àquelas pessoas que desmatarem para a produção agrícola ou pecuária. Por não ser desenvolvida a ideia que é passada no título da reportagem, o Novo Código Florestal é apenas citado ao final, em uma frase que apenas diz, pouco, sobre a possível votação dele, não é possível para o leitor tomar conhecimento sobre essa nova fala do Ministério do Meio Ambiente que primeiramente é mencionada no título da notícia e não é desenvolvida no corpo dela.

Esse não desenvolvimento do título da reportagem pode ser apontado como apenas uma estratégia do redator para chamar a atenção do leitor, com um título que

passa uma ideia de contradição em relação aos outros discursos que já foram noticiados. Mas com o não desenvolvimento do assunto prometido, o título fica esquecido e o leitor acaba não se atentando mais para o ele, mas tão somente para as ameaças que a ministra do meio ambiente e o ministro de ciência e tecnologia fazem e são relatadas no corpo da reportagem.

5.5 Reportagem: “*Câmara dos Deputados aprova projeto de mudança no Código Florestal.*”

Essa reportagem foi veiculada pelo portal Globo.com, através do canal de notícias G1.com.br, no dia 24 de maio de 2011, dia em que o Novo Código Florestal foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Logo no título é possível ver um título simples e objetivo, que faz com que o leitor tenha a vontade de ler o corpo da reportagem apenas se ele se interessar pela votação do Código Florestal. Porém há um subtítulo: “*De autoria de Aldo Rebelo, projeto polêmico dividiu setores, como ruralistas e ambientalistas.*” - neste subtítulo é reforçada a ideia que o leitor já possui a respeito do Código Florestal de que o assunto é polêmico e complexo de se discutir.

Na primeira parte da reportagem é relatado como se deu o momento antes da votação do Código Florestal e as falas do líder do governo na Câmara – Carlos Vaccarezza -, que menciona um acordo com a base aliada para que o Novo Código Florestal seja votado no dia 24 de maio de 2011. Porém é noticiada também as posições dos partidos PSOL e PV que são contrários às proposições feitas pelo deputado Aldo Rebelo.

Vê-se aí, que o ponto em que talvez o leitor possa ser influenciado em sua ideia a respeito do Código Florestal, é o ponto em que se trata do acordo entre os aliados em votar o Código, porém vetar uma emenda existente. Ao relatar esse acordo e esse veto, o leitor pode ser levado a pensar que realmente a proposição do Deputado Aldo Rebelo tem falhas que são graves ou até mesmo que pode ter sido intencional essa “falha”.

A segunda parte da reportagem começa com a expressão “*Festas e Lamentos*”. Nesta parte é observada a fala da senadora Kátia Abreu, que é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – aqui, ao mencionar a posição que a senadora tem no governo, passa-se uma certa credibilidade à fala da senadora, pois ela é caracterizada como uma pessoa que entende do assunto relacionado ao meio ambiente brasileiro e por isso tem credibilidade para falar sobre o assunto. Na fala da senadora é observada que a senadora era favorável ao Código Florestal, e em sua fala o leitor pode

absorver a ideia de que os produtores rurais eram as pessoas que precisavam de uma certa “proteção”, pois eles precisam de áreas para produzir.

Na fala de Kátia Abreu, ainda há um apelo em relação ao combate à fome no Brasil, ao dizer que os produtores precisam de áreas para produzir já que pode ser através dessa produção que será possível um maior combate à fome, é passada uma ideia ao leitor de que realmente direcionar mais áreas para a produção rural é de extrema importância para o combate à fome (assunto que é de preocupação da população brasileira como um todo).

Já para noticiar a segunda parte deste subtítulo, os lamentos são noticiados por parte do Coordenador da Campanha da Amazônia do *Greenpeace*, Paulo Adário. O ambientalista em seu discurso apenas lamenta o fato de que, para ele, o Novo Código Florestal apenas favorece os ruralistas. Porém no discurso dele não é observado um apelo (como é observado no discurso da senadora Kátia Abreu) em relação ao meio ambiente.

Temos ainda a terceira parte da reportagem: “*Ciência Ignorada*”. Nesta parte o leitor pode ter uma impressão de que o Novo Código Florestal foi elaborado sem nenhum respaldo científico, apenas levando em consideração as partes interessadas no assunto. Assim, o leitor leigo, tem a ideia de que não há nenhum respaldo nessa nova legislação, e assim erroneamente o receptor da mensagem acaba tendo reforçada a barreira em relação ao assunto.

E na quarta parte da reportagem: “*Perigo*”, observa-se mais uma vez os discursos de Kátia Abreu e Paulo Adário. Nesta parte da reportagem, o discurso de Paulo Adário tem um apelo no momento em que ele se refere aos crimes ambientais e termina apelando um pouco mais, relatando a respeito do desmatamento ocorrido na Amazônia e Roraima. Neste apelo, o leitor é levado a pensar que realmente o Código aprovado prejudicará de maneira efetiva os recursos naturais brasileiros.

Porém, logo após vem o discurso de Kátia Abreu, que também faz um apelo. Apelo esse do lado econômico, ao dizer que caso esse Código não fosse aprovado, isso implicaria uma crise nos preços dos alimentos, fazendo esses preços aumentarem de maneira em que o Brasil necessitaria de comprar alimentos (que poderiam ser produzidos no Brasil) de outros países. Este apelo econômico, pode ser visto como um apelo realmente efetivo, pois uma das maiores preocupações da sociedade brasileira,

hoje, é em relação à situação econômica. Então, quando o leitor se depara com a possibilidade de uma crise nos preços dos alimentos, esse leitor pode ser levado (pelo receio de uma crise econômica) a ser favorável a esse Novo Código Florestal.

6. RESULTADOS

De acordo com o observado nas pesquisas feitas em relação ao que tem sido falado a respeito do Novo Código Florestal, os principais meios de comunicação da internet, é possível perceber que a mídia vem apresentando o Novo Código Florestal como um assunto muito polêmico. Isso é claramente observado ao perceber que a maioria dos noticiários apresentam as questões em relação ao Novo Código Florestal, mostrando discussões, vetos e brigas por partes do congressistas e também dos grupos de cunho ambiental (como mencionado anteriormente). Em relação aos congressistas, após uma análise superficial nas notícias veiculadas a respeito da questão florestal brasileira, é claramente perceptível que, os deputados no Congresso Nacional estão divididos em bancadas pró e contra a reforma na legislação florestal brasileira, proposta pelo Deputado Aldo Rebelo. De modo geral, os canais de comunicação não mostram claramente uma posição a favor ou contra essa reforma na legislação. Como observado em algumas das notícias analisadas neste trabalho, o Portal Globo.com, passou ao leitor que se interessa pelo assunto da nova legislação florestal brasileira (muitas vezes) uma dúvida em ser pró ou contra essa nova proposição. Pois as reportagens não traziam claramente uma explicação profunda a respeito do assunto que pudesse sanar as dúvidas e questionamentos do leitor das notícias.

Porém de acordo com muitos profissionais da área ambiental, florestal e legal, há uma concordância de que é necessária uma reforma no Código Florestal Brasileiro. Essa concordância de muitos profissionais da área ambiental e jurídica a respeito da necessidade de uma reformulação na legislação florestal vigente, nem sempre foi abordada pelos principais portais de notícias analisados, questões como essa, deveriam ter sido melhor abordadas pela mídia.

A partir da ideia de que uma mudança na legislação florestal gera muitos conflitos, as pessoas tendem a pensar que essa mudança seria prejudicial ao meio ambiente e assim tomam uma posição contrária às mudanças propostas, que vem sendo noticiadas pelo portal de notícias analisado, Globo.com, (que atingem uma grande faixa da população), porém como nas notícias do portal analisado, principalmente nas notícias analisadas, não é possível ao leitor, uma visão ampla em relação ao assunto

(Novo Código Florestal Brasileiro), e assim o leitor pode ser levado a ter uma visão contrária às proposições feitas pelo deputado Aldo Rebelo, já que é passado ao leitor a ideia de que o assunto é polêmico e gera conflitos, e geralmente a população em geral, tende a ter a ideia de que se alguma coisa gera conflitos ou polêmicas, esse assunto é ruim.

É possível perceber também que uma das notícias analisadas traz em uma crítica a respeito da falta de profissionais da área ambiental na elaboração das mudanças propostas no Novo Código Florestal. E isso pode ser crucial para a construção da ideia que o leitor tem a respeito do assunto. Este leitor pode vir a pensar que como não houve nenhum profissional da área, que seja capacitado para a redação dessa nova legislação, não há nenhum respaldo seja ele legal ou ambiental, para que esse Código entre em vigor.

Através da análise das reportagens citadas neste trabalho, pode-se observar que não há, pelo menos pelo portal de notícias Globo.com, uma posição totalmente a favor ou totalmente contrária ao Novo Código Florestal Brasileiro, o que há é uma dúvida em relação ao assunto e essa dúvida, também é passada para o receptor da mensagem noticiada nas reportagens.

Um possível modo de talvez reverter essa ideia que é passada de que: como gera conflitos, as mudanças são prejudiciais ao meio ambiente. Seria uma abordagem maior e melhor veiculada a respeito dos pontos em comum dos profissionais das áreas jurídica e ambiental, e isso também pode ser visto como uma possível maneira de amenizar essa dúvida que é passada para população em geral a respeito das mudanças propostas pelo Novo Código Florestal. Como a população (leiga), geralmente, apenas acompanha as notícias veiculadas, tendo assim uma visão apenas superficial a respeito de um certo tema, essa população apenas tem conhecimento de que as mudanças no Código Florestal estão gerando conflitos.

7. CONCLUSÃO

Neste trabalho foi possível analisar o posicionamento do portal de notícias Globo.com em relação ao Novo Código Florestal Brasileiro, postura essa que é de dúvida, afinal não é claramente mostrado uma posição a favor ou contrária às novas proposições para o assunto. O que é possível de se perceber é que há uma relação de dúvida se essa nova legislação florestal seja favorável ou não para os recursos naturais brasileiros.

Um fator que pode ser apontado como favorecedor para a manutenção dessa “dúvida” em relação aos efeitos que o Novo Código Florestal pode acarretar, é a falta de clareza em relação à posição do governo brasileiro em relação ao assunto. Pois dentro do governo federal é observado contradições e um não acordo em relação a entrada em vigor ou não desse Código Florestal e também em relação aos efeitos que poderão serem causados após a entrada em vigor do Código.

Em meio a essa falta de clareza por parte do governo federal e da postura de dúvida pelo portal de notícias analisado, temos a população leiga que, acompanha as notícias a respeito do Código e assim não tem embasamento para construir uma ideia concreta que seja a favor ou contra à proposição da nova legislação florestal Brasileira.

Não se pode também apenas culpar o governo federal e o portal de notícias Globo.com, por essa visão um pouco deturpada em relação ao Novo Código Florestal, por parte da população. Muitas vezes a maioria da população prefere apenas ser levado pelo apelo em algum discurso que foi noticiado, e assim assume uma postura até mesmo radical (seja ela a favor ou contrária ao assunto proposto) e assim não se interessando em ouvir talvez um “outro lado” em relação a um mesmo assunto. Com isso, as polêmicas que já eram grandes por parte dos congressistas, se tornam ainda maiores e assim, surgem alguns grupos extremistas (tanto a favor quanto contra o Novo Código Florestal), que acabam propiciando o surgimento de mais questionamentos a respeito de um mesmo assunto.

Talvez uma forma de reverter esse cenário polêmico existente a respeito dessa nova legislação florestal, fosse uma forma de levar à população (principalmente a leiga)

um maior conhecimento a respeito do que está escrito na proposição feita pelo deputado Aldo Rebelo, através de notícias melhor veiculadas e com mais clareza no assunto a ser abordado, ou até mesmo fazer com que a população de um modo geral, tenha maior acesso à mídia especializada no assunto. Pois a mídia especializada no assunto (ambiental ou jurídico) que muitas vezes aborda o Novo Código Florestal de uma forma mais clara e objetiva, e se talvez a população leiga tivesse um acesso maior a essa “mídia especializada”, essas posições extremistas e as inúmeras dúvidas em relação a qual posição tomar a respeito do Código, poderiam ser amenizadas ou até mesmo solucionadas.

Com esse trabalho foi possível perceber a dificuldade que a mídia, em especial o portal de notícias Globo.com, tem para noticiar questões polêmicas e muitas vezes o jeito em que essas questões são abordadas, podem influenciar o entendimento da população receptora da mensagem. E em relação ao Novo Código Florestal, foi observado uma maior dificuldade, pois ainda há muitas dúvidas e muitas posições contraditórias a respeito de um mesmo assunto, e muitas vezes essa posição contraditória é por parte de um mesmo órgão ou grupo de pessoas, propiciando assim, o surgimento de uma postura de dúvida, até mesmo pelo portal de notícias (que teoricamente deveria adotar uma postura neutra em relação a alguma notícia), em relação ao assunto noticiado, neste caso em especial o Novo Código Florestal.

E assim, pode-se concluir que o Novo Código Florestal necessita de uma melhor abordagem por parte do jornalismo brasileiro e também uma maior clareza dos parlamentares e também do governo federal, para que seja possível à população entender de forma clara e objetiva o que é proposto nessa nova legislação e fazer com que essa mesma população tenha condições de assumir um posicionamento próprio em relação ao assunto, não apenas ser levado pelos apelos existentes nos discursos que vêm sendo noticiados pelos canais de notícias, em especial o portal Globo.com.

8. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

A reportagem – texto e imagem. Disponível em http://www.educared.org/educa/img_conteudo/pop5.pdf Acesso em 9 de junho de 2011.

Ambiente Energia. Disponível em: <http://www.ambienteenergia.com.br/index.php/tag/codigo-florestal> Acesso em 2 de fevereiro de 2011.

Áreas de Preservação Permanente. Disponível em <http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/repositorio/etmc/app.htm> Acesso em 24 de maio de 2011.

BRASIL. LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm Acesso em 2 de fevereiro de 2011.

Código Brasileiro Florestal. Disponível em: <http://www.codigoflorestal.com/> Acesso em 2 de fevereiro 2011.

Comunicação e Poder. Disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/correia_comunicacao_poder.pdf Acesso em 10 de junho de 2011.

Dicionário Aurélio Online. Disponível em <http://www.dicionariodoaurelio.com/Embate> Acesso dia 9 de junho de 2011.

Ibope Nielsen aponta sites de maior audiência. Disponível em: <http://www.osnumerodainternet.com.br/ibope-nielsen-aponta-sites-de-maior-audiencia/> Acesso em 1 de junho de 2011.

Instituto Ibope Nielsen. Disponível em <http://www.ibope.com.br> Acesso em 1 de junho de 2011.

Neves, José Luis. Pesquisa qualitativa – características , usos e possibilidades. FEA-USP, 1999.

Jornalismo e Opinião. Disponível em https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment?ui=2&ik=f2f0ebdc19&view=att&th=130a58f2c491142b&attid=0.2&disp=inline&safe=1&zw&saduie=AG9B_P-aBRa6bMBofYXRm2YJI9LM&sadet=1308591792373&sads=XPiiA5gf4gA9HoSTYXZKKm8Jkvc&sadssc=1 Acesso em 10 de junho de 2011.

Mídia e Tratamento da Informação. Disponível em
<<http://www.recantodasletras.com.br/textosjuridicos/3024729>> Acesso em 10 de junho de 2011.

O “NOVO” CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO: CONCEITOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS. Disponível em:
<<http://www.ambientebrasil.com.br/florestal/download/SAhrensCodigoFlorestal.pdf>> Acesso em 2 de fevereiro de 2011.

GUARESCHI, P. Comunicação e poder. Petrópolis: Vozes, 1990.

Guareschi, P. Mídia e Democracia: O quarto versus O Quinto Poder. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 6-25, jul.-dez. 2007.

Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Disponível em
<<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Suapesquisa.com. Disponível em:
<<http://www.suapesquisa.com/ecologiasaude/sustentabilidade.htm>> Acesso em 9 de junho de 2011.

ANEXOS

ANEXO 1. REPORTAGENS ANALISADAS

Votações do mínimo e Código Florestal serão primeiro teste de Dilma no Congresso. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/votacoes-do-minimo-codigo-florestal-serao-primeiro-teste-de-dilma-no-congresso-830588.html>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Marina Silva pede que o Código Florestal seja barrado. Disponível em <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/01/marina-silva-pede-que-codigo-florestal-seja-barrado.html>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Texto de Aldo Rebelo sobre o Código Florestal estimula crime ambiental, diz Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/texto-de-aldo-sobre-codigo-florestal-estimula-crime-ambiental-diz-ministerio-do-meio-ambiente-1813226.html>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Ministra do Meio Ambiente diz não saber se aumento do desmatamento está associado ao Código Florestal. Disponível em <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/ministra-do-meio-ambiente-diz-nao-saber-se-aumento-do-desmatamento-esta-associado-ao-codigo-florestal-1840386.html>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Câmara dos Deputados aprova projeto de mudança do Código Florestal. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/05/camara-dos-deputados-aprova-projeto-de-mudanca-do-codigo-florestal.html>> Acesso em 9 de junho de 2011.

Votações do mínimo e Código Florestal serão primeiro teste de Dilma no Congresso

Cristiane Jungblut

BRASÍLIA - Bastou uma semana de novo governo para se confirmar a tese de que ter maioria de votos no Congresso nem sempre garante tranquilidade para o governante. A medida provisória que fixa em R\$ 540 o salário mínimo de 2011 — editada no dia 31 pelo ex-presidente Lula — já virou moeda de barganha para aliados insatisfeitos e promete ser o primeiro grande teste da presidente Dilma Rousseff nas votações do Congresso. Mas a pauta explosiva do Legislativo não se encerra aí. Há demandas do setor sindical, do Poder Judiciário e até a chamada “Pauta Dilma” — um conjunto de propostas defendidas pela presidente e por ministros. São pelo menos 12 temas que darão trabalho neste começo de gestão para a presidente, que, apesar de contar com base maior no Legislativo do que tinha seu antecessor, tem enfrentado embates em outros campos, como a briga por cargos entre PT e PMDB.

Muitas propostas defendidas por Dilma e, em especial, pela equipe econômica — como a reforma tributária, a desoneração da folha e a criação de um teto para os gastos com funcionalismo — já foram tentadas pelo ex-presidente Lula e esbarraram em resistências do próprio PT, partido da presidente e da maioria dos ministros. O Congresso também tem uma extensa pauta sujeita a chantagens e cobranças dos aliados do governo. (Veja também: Infográfico traz a nova composição do Congresso Nacional)

Preocupação com eleição no Congresso

O recado do Congresso — de que as coisas no cenário político nem sempre são como idealizam os técnicos — ficou bem vivo na semana passada, depois da ameaça do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que o governo vetaria um mínimo maior do que R\$ 540.

— A tarefa (do Legislativo) não é fechar olhos e ouvidos e apertar o botão (na hora da votação) — resumiu o líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), numa das várias vezes em que protestou contra os métodos políticos do governo Dilma, ainda em sua primeira semana.

A primeira preocupação do Palácio do Planalto é com a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, no início de fevereiro. A avaliação política é que os problemas serão maiores ou menores a depender do desfecho da briga pelo comando da Câmara. Por enquanto, a candidatura do atual presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), não é consenso nem dentro da base aliada. No Senado, a reeleição de José Sarney segue tranquila, pelo menos por enquanto.

As votações costumam mostrar os humores dos partidos, além de trazer discussões sobre diferentes pontos de vista. Parlamentares e ministros apostam na renovação das duas Casas, com a chegada de novos líderes naturais, como forma de a nova legislatura ter “boa vontade” com a presidente Dilma.

Derrotado por Marco Maia dentro do PT para ser o candidato do partido, o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (SP), acredita que grandes projetos do governo só devem ser votados em maio:

— Temos que esperar a eleição da Câmara. Mas é nova legislatura, e a base do governo é muito maior.

Pauta trabalhista é outro complicador

Os próprios aliados não deixaram suas propostas de lado. A chamada pauta trabalhista, liderada pelo deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical, inclui temas como o reajuste dos aposentados que ganham acima do salário mínimo — discussão atrelada ao debate do mínimo — e a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

— No caso do salário mínimo, está faltando conversa (por parte do governo). Vamos tentar um acordo sobre o fator previdenciário e vamos retomar a mobilização das 40 horas — avisa Paulinho.

No caso do Judiciário, o Congresso costuma ser sensível aos pleitos desse poder, mas este ano o desfecho não foi favorável até agora. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) enviaram ao Congresso um projeto pedindo reajuste de 14,79% em seus subsídios, e apenas 5,25% são garantidos pelo governo. Além disso, deverá ocorrer mobilização dos servidores do Judiciário, que querem a aprovação do projeto que prevê reajuste médio de 56%, já recusado totalmente pelo governo.

O projeto do novo Código Florestal está pronto para ser votado na Câmara e deve ser um dos primeiros embates, não só entre Legislativo e Executivo, mas entre os próprios parlamentares. O substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi aprovado na comissão especial da Câmara, e o governo tentou, sem sucesso, aprovar a urgência para sua tramitação em plenário antes do recesso de dezembro. A proposta é polêmica e divide ruralistas e ambientalistas. O governo Lula apoiou o texto de Aldo, mas já existe um novo texto estabelecendo um meio-termo entre as partes.

Na opinião do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), que deve ser o novo líder do PSDB na Câmara, o Código Florestal será um tema importante. E, na contramão da maioria dos colegas, o tucano defende a necessidade de se realizar uma ampla reforma política.

— Temos que fazer a reforma política de uma vez. Enfrentar este debate — disse o tucano.

Emperrado o projeto para limitar gastos

Quanto às propostas que tenham o objetivo de controlar gastos públicos, como a criação de um teto para os salários do funcionalismo, Duarte Nogueira lembra que são os próprios governistas que impedem essas votações:

— Há uma incongruência dentro do próprio governo, entre o pragmatismo e o ideologismo do governo.

O projeto sobre o teto para as despesas com pessoal foi enviado ao Congresso em 2007, como prioridade dentro do pacote do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas continua parado na Câmara. A proposta original prevê o limite da inflação mais 1,5% como aumento das despesas com pessoal a cada ano, mas essa proposta foi engavetada na Câmara. No Senado, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), conseguiu aprovar na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) uma proposta alternativa: inflação mais 2,5% ao ano.

Outra proposta da Fazenda que ficou no papel, desde 2007, é a que cria o Fundo de Previdência Complementar do servidor público. Outro vespeiro em que, toda vez que o governo tenta mexer, os lobbies se organizam.

Além da sempre prometida reforma tributária que mobiliza os primeiros meses de novas legislaturas, a pauta do Congresso tem outras polêmicas, como a criação da Comissão da Verdade sobre a ditadura militar, que voltou a ganhar força na defesa feita pela nova ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário

Marina Silva pede que Código Florestal seja barrado

Agencia Estado

A senadora Marina Silva (AC), candidata do PV derrotada à Presidência da República, associou hoje a tragédia na região serrana do Rio de Janeiro ao desrespeito do homem pelos limites da natureza. Ela fez um apelo para que o Congresso Nacional barre o novo Código Florestal. "Não se pode mudar o Código Florestal permitindo que as pessoas façam construções e edificações nas áreas de preservação permanente", disse a senadora, em visita ao Campus Party, em São Paulo.

Marina lembrou que a questão das enchentes foi um tema abordado por ela durante a campanha presidencial e que está na hora dos governantes olharem esses acontecimentos não apenas como catástrofe, mas com o olhar preventivo.

"Lamentavelmente, no Brasil, temos 20 anos de alerta de que iríamos chegar no momento de viver os eventos extremos e infelizmente, como na maioria dos países do mundo, não estamos com uma agenda de adaptação à altura das necessidades que temos para desastres que vão acontecer e que estão se agravando", afirmou Marina. "A natureza não vai se adaptar a nós. Nós é que temos que nos adaptar a ela e, para isso, é preciso investimento", completou.

A senadora defendeu a criação de um sistema de alerta nas áreas de risco, um aprofundamento dos mapas que apontam as áreas mais vulneráveis, o cumprimento dos planos diretores das cidades e a integração entre alta tecnologia e os procedimentos de emergência em situações como as vividas no Rio. Marina citou, como exemplo, a cidade de Areal (RJ), onde o prefeito conseguiu comunicar à população sobre a chuva por meio de um carro de som. "Não podemos tratar com medida provisória (MP) perdas que são eternas."

13/05/2011 às 23:48 Atualizado em 13/05/2011 às 23:52

Texto de Aldo sobre Código Florestal estimula crime ambiental, diz Ministério do Meio Ambiente

Catarina Alencastro



BRASÍLIA - O Ministério do Meio Ambiente enviou nesta sexta-feira à Casa Civil levantamento apontando pelo menos dez problemas no texto que o relator do Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), queria votar na quarta-feira à noite, sendo o mais grave a inclusão de anistia a desmatadores - que a presidente Dilma Rousseff havia prometido vetar ainda na campanha eleitoral. Outro ponto do relatório de Aldo, classificado pelo ministério como desastroso, é abertura de crédito a produtores que cometeram infrações ambientais.

CÓDIGO FLORESTAL : Vaccarezza minimiza ameaça do PMDB

SEM PREVISÃO : Código não será votado na próxima semana

INFOGRÁFICO : Os principais pontos do projeto

VÍDEO : Planalto quer tempo

NOBLAT : Rede social é um perigo

Recuperar áreas consolidadas e ao mesmo tempo mantê-las são coisas incoerentes, incompatíveis

- Voltamos à situação em que o crime ambiental compensa. A implicação prática disso é desastrosa - disse nesta sexta-feira João de Deus Medeiros, diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, representante do ministério nas negociações sobre o Código.

As mudanças de última hora feitas por Aldo eram de conhecimento do líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). Mas outra versão tinha sido apresentada antes ao líder do PT, Paulo Teixeira (SP). O relatório do ministério encaminhado à Casa Civil é mais um sinal de que um entendimento ainda está longe.

Texto permite crédito a infrator

No texto de 36 páginas levado à votação, foi incluído um parágrafo (o 5º) no artigo 33. Embora a redação do trecho seja confusa, técnicos do MMA entendem que, na prática, o texto diz que todas as multas serão suspensas mediante recuperação de áreas desmatadas - com o que o governo concorda. Mas, ao mesmo tempo, legaliza as chamadas áreas consolidadas, ao desobrigar o produtor de reflorestá-las. Áreas consolidadas são as de vegetação nativa (floresta) convertida em plantio ou pasto até julho de 2008.

- Ou você faz uma coisa ou outra: recuperar áreas consolidadas e ao mesmo tempo mantê-las são coisas incoerentes, incompatíveis. É dar anistia. O governo nunca trabalhou com essa hipótese - disse Medeiros.

O Meio Ambiente questiona ainda a decisão de Aldo de retirar do texto um artigo inteiro, o 58, que tornaria impossível a concessão de crédito rural para quem tiver infração ambiental confirmada em decisão definitiva de procedimento administrativo. O ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc (PT-RJ) também disse nesta sexta-feira que a retirada desse mecanismo “é muito grave”:

- Você continua financiando o destruidor do meio ambiente. Corte de crédito a desmatadores foi essencial para termos chegado à menor taxa histórica do desmatamento na Amazônia. Se isso for mesmo alterado, não vamos continuar conseguindo combater o desmatamento nem na Amazônia, nem no cerrado, nem na caatinga.

Vaccarezza e Aldo argumentam que o texto a que os líderes partidários tiveram acesso algumas horas antes de o relatório de Aldo ser lido no plenário era apenas um conjunto de propostas do governo, e que não houve acordo final em torno dele. E que só Aldo, como relator, tem autonomia para acatar ou rejeitar tais sugestões.

- A Casa Civil nunca fez relatório para o Aldo. Quem fez o relatório foi o relator. O governo pode sugerir propostas a ele, mas a Casa Civil não era relatora. Não houve texto de acordo na Casa Civil. O governo apresentou uma proposta ao relator - afirmou Vaccarezza. - O texto que entreguei na mão do Paulo Teixeira, eu pedi para ele ler e rasgar. E para não divulgar. Esse texto seria sugerido ao Aldo. Depois disso, eu, Aldo e os líderes discutimos. A maioria das sugestões, o relator aceitou; outras, não - disse Vaccarezza.

Uma terceira questão problemática apontada pelo estudo do MMA está no artigo 3 do texto de Aldo: ao suprimir o trecho que estabelecia que a previsão de “pousio” (descanso que se dá a pastos e lavouras) é apenas para pequenos agricultores, fica em aberto que a prática deve ser obedecida por todos. Na avaliação técnica do MMA, grandes produtores mal intencionados poderão fazer desmatamentos em novas áreas, e justificá-los como sendo pousios. E o poder público não terá como fiscalizar isso.

DEM quer votar projeto terça-feira

O governo ainda não decidiu como procederá daqui para a frente em relação ao texto. Dá sinais, porém, de que continuará tentando eliminar suas diferenças com o relator e usará a próxima semana para essa negociação, já que a Câmara estará esvaziada pela ausência de seu presidente, Marco Maia (PT-RS), e dos líderes de PT e PMDB. O DEM, entretanto, apresentou nesta sexta-feira requerimento convocando sessão extraordinária para a matéria ser votada terça-feira.

Além das polêmicas de mérito, a discussão do Código Florestal provocou ruído entre Aldo Rebelo e a ex-senadora Marina Silva também difícil de ser solucionado. Nesta sexta-feira, o deputado repetiu que pediria desculpas a Marina, mas negou que tenha errado ao evitar, como líder do governo em 2004, o depoimento do marido da ex-senadora, Fábio Vaz, à época acusado de se envolver num suposto esquema de contrabando de madeira. Segundo ele, o caso já estava sendo apurado em outro âmbito, e a oposição queria usá-lo para provocar o governo na Câmara:

- A investigação estava em curso no Ministério Público. Queriam fazer uma provocação política com o governo. O objetivo de investigar já estava sendo cumprido.

Mas Aldo negou que tenha articulado com a bancada governista para que o caso fosse abafado na Câmara, apesar de ter dito isso na quarta:

- O requerimento foi retirado de pauta porque o proponente estava ausente.

18/05/2011 às 14:23 Atualizado em 18/05/2011 às 23:36

Ministra do Meio Ambiente diz não saber se aumento do desmatamento está associado ao Código Florestal

Catarina Alencastro



BRASÍLIA – A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse nesta quarta-feira que o pico do desmatamento na região Amazônica registrado entre agosto de 2010 e abril deste ano é “assustador” e “atípico”. Ela explicou que ainda não sabe quais as causas e, por isso, não é possível associá-lo com as incertezas em torno do Código Florestal.

Na coletiva, a ministra também anunciou que foi criado um gabinete de crise, com a participação da Polícia Federal, do Ibama e da Força Nacional, além da Polícia Rodoviária Federal. A ministra informou ainda que enviou 500 agentes para o Mato Grosso para evitar mais desmatamento.

Segundo dados do sistema de monitoramento por satélite Deter foram derrubados 1.848 quilômetros quadrados de floresta no período. A área desmatada representa um aumento de 27% com relação ao mesmo período anterior. E a maior parte fica no Mato Grosso.

NÚMEROS : Desmatamento da Amazônia cresce em Mato Grosso e para técnicos do Ibama motivo é expectativa de mudanças no Código Florestal

DEFINIÇÃO : Líder do governo garante que Código Florestal será votado na próxima semana

Quem apostar no desmatamento para botar boi vai ter seu boi apreendido e destinado ao programa Fome Zero

- Quero dizer aqui claramente: quem apostar no desmatamento para botar boi vai ter seu boi apreendido e destinado ao programa Fome Zero. Quem apostar no desmatamento para plantar vai ter sua produção apreendida e destinada ao programa Fome Zero. A ordem é sufocar o crime ambiental – alertou a ministra.

Presente a divulgação dos números o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, também ameaçou os desmatadores:

- As pessoas que estão na mata e acham que podem desmatar impunemente que ninguém está vendo, nós estamos vendo – disse Mercadante, que participou da solenidade porque o Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe), órgão responsável pelo monitoramento via satélite, é ligado à sua pasta.

Em Mato Grosso, foram desmatados 733 quilômetros quadrados no período de agosto de 2010 e abril deste ano. A área derrubada é 47% maior do que a registrada no período anterior e está concentrada em uma mesma região, nos municípios de Alto Boa Vista, Nova Ubiratã e Bom Jesus do Araguaia.

As negociações em torno do Código Florestal permanecem em andamento, mas a matéria está pronta para ser votada pela Câmara.

Câmara dos Deputados aprova projeto de mudança do Código Florestal

De autoria de Aldo Rebelo, projeto polêmico dividiu setores, como ruralistas e ambientalistas.

BBC

Após quase um mês de adiamentos e um dia inteiro de negociações e discursos inflamados, a Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira por 410 votos a favor, 63 contra e uma abstenção o polêmico projeto que altera o Código Florestal, proposto pelo relator e deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

A base aliada e representantes dos ambientalistas recuaram em diversos pontos do texto defendidos pela bancada ruralista, transferindo para o Congresso ou para o veto da presidente Dilma Rousseff a expectativa de alterar itens do projeto.

A sessão foi iniciada após todos os partidos - exceto o PSOL e o PV - fecharem um acordo para votar a nova proposta e também uma emenda que regulariza áreas protegidas já desmatadas.

Pela emenda 164, apresentada pelo PMDB, ficará a cargo dos estados determinar quais dessas Áreas de Proteção Permanente (APPs) serão legalizadas e quais atividades poderão ser realizadas nesses terrenos - papel que hoje é exclusivo da União.

O líder governista, Cândido Vaccarezza (PT-SP), recomendou que os aliados aprovassem o texto com ressalvas e vetasse a emenda: 'Ela não apenas concede aos estados poder para legislar sobre meio ambiente, mas também abre brecha para consolidar todas as áreas desmatadas irregularmente, o que significa anistia para os desmatadores'.

Segundo Vaccarezza, Dilma não aceitará a concessão de anistia aos que desmataram APPs até julho de 2008, como prevê o texto de Rebelo, e tampouco concorda em abrir mão do poder de centralizar a regularização de milhões de pequenos agricultores que ocupam APPs nas beiras de rios.

O projeto agora segue para votação no Senado e, em seguida, deve ser sancionado - ou vetado total ou parcialmente - pela presidente.

As emendas, entre elas a 164, ainda serão votadas na noite desta terça-feira.

Festa e lamentos

As reações à aprovação do projeto de Rebelo iam das celebrações às críticas e previsões pessimistas para o país, dependendo do setor observado.

'Foi uma vitória para os produtores, porque não podíamos abrir mão de ainda mais áreas de produção do que já cedemos', disse à BBC Brasil a senadora Katia Abreu (DEM), que é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A senadora afirmou ainda que o país não poderia aceitar essa situação diante de seu papel crucial de combater a fome mundial e ressaltou que a população já cedeu o bastante, visto que 'o Brasil é o único país do mundo que já abriu mão de áreas férteis para preservar o meio ambiente'.

Por outro lado, ambientalistas lamentaram a aprovação e o fato de o governo ter cedido em muitos dos pontos em debate.

'O que se faz com esse código é contabilizar o prejuízo, em vez de pensar em um plano nacional para as florestas', afirmou Paulo Adário, coordenador da campanha da Amazônia do Greenpeace.

'Esse projeto nasceu da inspiração de ruralistas. Não estou julgando se esse segmento é bom ou ruim, mas é o projeto de apenas um segmento da sociedade.'

'Ciência ignorada'

Já representantes da academia lamentaram a aprovação de um código que, segundo o pesquisador Antonio Donato Nobre, 'foi feito pela primeira vez sem a participação da ciência'.

Nobre, agrônomo e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), foi o relator de um estudo feito por diversos especialistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) que, segundo ele, foi basicamente ignorado pelos envolvidos na discussão sobre o código.

'Foi apenas uma disputa de lobby. O próprio Aldo admitiu que não tem experiência nessa área', disse Nobre. 'É um retrocesso muito grande para muitos setores, especialmente para a agricultura.'

O ponto que desobriga produtores de até quatro módulos a reflorestar é um dos que mais trará prejuízos, na opinião do pesquisador. Segundo ele, o módulo fiscal não tem fundação científica e vai criar confusão na hora de interpretar e empregar a lei.

Perigo

O ambientalista do Greenpeace Paulo Adário também criticou a questão polêmica. 'Essa anistia de quatro módulos permite um desmatamento brutal', disse.

'E em um país onde o processo democrático é recente, é perigoso criar na sociedade a sensação de que pode anistiar qualquer crime. É como se a Receita Federal dissesse que alguém não precisa pagar IR aquele ano.'

Segundo o ambientalista, só a existência do projeto de Rebelo já aumentou o desmatamento em regiões como o sul da Amazônia e Roraima, por causa da perspectiva de impunidade.

Ele acredita que 'perdeu-se a oportunidade de desenvolver um código à altura do potencial de biodiversidade do Brasil, que tem a maior floresta tropical' do mundo.

Já Kátia Abreu, do CNA, disse que se a questão dos quatro módulos e outros pontos do projeto de Rebelo não fossem aprovados se esboçaria um cenário complicado para o país, com o aumento exacerbado dos preços dos alimentos.

Ela afirma que uma área um pouco maior à usada hoje para se produzir grãos e um pouco de cana-de-açúcar teria de ser transformada em regiões preservadas.

'Não faria sentido ceder essas terras para depois termos de comprar comida de países onde não há nem Código Florestal.'

ANEXO 2. NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO

<http://brasil.indymedia.org/media/2011/05//491413.pdf>